

A PERSPECTIVA CRÍTICA DAS RELAÇÕES PÚBLICAS: RENOVAÇÃO TEÓRICA E DESAFIOS

*THE CRITICAL PERSPECTIVA OF PUBLIC RELATIONS: THEORETICAL
RENEWAL AND CHALLENGES*

*LA PERSPECTIVA CRÍTICA DE LAS RELACIONES PÚBLICAS: RENOVACIÓN
TEÓRICA E DESAFÍOS*

Daniel Reis Silva ¹
daniel.rs@hotmail.com.br

RESUMO

O artigo aborda a corrente internacional acadêmica das Relações Públicas Críticas, entendendo-a como promissora para potencializar a renovação teórica no campo nacional. Ancorado em uma ampla revisão de literatura, o texto explora as origens do pensamento crítico e sua proposta de refletir sobre os impactos das práticas de Relações Públicas nas dinâmicas socioculturais e nas disputas de sentido e poder. Em seguida, argumenta sobre dois pontos de contribuição de tal perspectiva: (a) o rompimento do isolamento teórico da área, a partir de uma ampliação dos arcabouços conceituais e das temáticas investigadas; (b) a superação do isolamento social das Relações Públicas, reconhecendo as ambiguidades inerentes à atividade.

Palavras-chave: Relações Públicas. Teoria Crítica. Ambiguidades.

¹ Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Doutor em Comunicação.

ABSTRACT

The article addresses the international perspective of Critical Public Relations, understanding it as promising to enhance theoretical renewal in the national field. After an extensive literature review, the text explores the origins of critical thinking and its proposal to reflect on the impacts of public relations practices on sociocultural dynamics and disputes over meaning and power. Then, it argues about two points of contribution from such a perspective: (a) the rupture of the theoretical isolation of the field, expanding the conceptual frameworks and the research subjects; (b) overcoming the social isolation of public relations, recognizing the ambiguities inherent to the activity.

Key words: Public Relations. Critical Theory. Ambiguities.

RESUMEN

El artículo aborda la corriente internacional denominada Relaciones Públicas Críticas, entendiéndola como prometedora para potenciar la renovación teórica en el ámbito nacional. Anclado en una extensa revisión bibliográfica, el texto explora los orígenes del pensamiento crítico y su propuesta de reflexión sobre los impactos de las prácticas de relaciones públicas en las dinámicas socioculturales y en las disputas por el sentido y el poder. Argumenta sobre dos puntos de aporte desde perspectiva: (a) la ruptura del aislamiento teórico del área, a partir de una ampliación de los marcos conceptuales y de los temas investigados; (b) superar el aislamiento social de las relaciones públicas, reconociendo las ambigüedades inherentes a la actividad.

Palabras clave: Relaciones Públicas. Teoría Crítica. Ambigüedades.

1 INTRODUÇÃO

A reflexão científica sobre Relações Públicas no Brasil parece atravessar, nos últimos anos, um cenário de estagnação, em especial quando comparada com a capilaridade das pesquisas de Comunicação Organizacional realizadas no mesmo período. Tal descompasso pode ser observado em investigações simples nos artigos apresentados em fóruns acadêmicos nacionais nos últimos anos, buscando a expressão “Relações Públicas” em títulos, resumos e artigos. No GT de Estudos de Comunicação Organizacional da Compós, *locus* propício para pesquisas da área no evento que é reconhecido como mais qualificado do país, apenas 12,5% dos quarenta trabalhos apresentados nos últimos quatro anos fizeram menção substancial ao termo². O quadro se repete nos Grupos de Trabalho da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (Abrapcorp). Escolhendo como amostragem o XV Congresso Abrapcorp, em 2021, apenas 15 dos 109 artigos apresentados traziam a expressão “Relações Públicas” no resumo, sendo 7 destes (aproximadamente 47%) concentrados em um mesmo grupo sobre metodologias de ensino.

Múltiplas questões podem ser formuladas acerca desse cenário, abarcando desde tentativas de entender suas causas e as fragilidades teóricas enfrentadas no país, até indagações sobre a importância ou não desse descompasso e de seu impacto para o ensino de graduação de Relações Públicas. De antemão, é preciso esclarecer que o presente artigo não pretende adentrar na interminável seara das distinções e disputas entre essas áreas, tema que já foi amplamente discutido, por exemplo, nas edições especiais 10 e 11 da revista *Organicom*, em 2009.

A proposta aqui delineada caminha em outra direção, e parte do reconhecimento de que o momento de estagnação no cenário nacional ocorre concomitantemente com um período de expansão internacional do campo acadêmico de Relações Públicas, no qual uma corrente crítica que ocupava as margens da área ganha centralidade, ampliando significativamente o escopo científico, a gama de vozes e o leque temático de pesquisas. Assumindo a alcunha “Relações Públicas Críticas” (RPC), essa

² Por “menção substancial” foram considerados artigos nos quais a expressão figura mais de três vezes no corpo do texto como aporte ou base teórica, e não apenas para referenciar genericamente a área ou cursos de graduação.

perspectiva de estudos propõe uma abordagem calcada em caminhos alternativos aos estabelecidos pelo funcionalismo paradigmático que domina a área, representado especialmente pela Teoria da Excelência (GRUNIG, 1992). Trata-se, em termos gerais, de uma corrente científica em formação, desprovida de um marco teórico inicial monolítico e desenvolvida de maneira não uniforme por autores de diversas nacionalidades e regiões, principalmente da Europa e Oceania.

O pensamento crítico atuou como mola propulsora em um processo de revitalização e expansão das pesquisas do campo em termos internacionais, dando origem a múltiplos estudos, coleções e periódicos. Este ensaio argumenta que tal perspectiva pode operar de maneira semelhante no Brasil, auxiliando e potencializando processos de renovação teórica capazes de expandir o campo de Relações Públicas ao possibilitar o tratamento de temas e raciocínios que fogem ao escopo de uma literatura funcionalista. Apesar de alguns autores nacionais já trabalharem com tal vertente (HENRIQUES; SILVA, 2017; LEMOS, 2017), o reconhecimento sobre esse pensamento permanece difuso no país, incapaz de desafiar bases teóricas tradicionais. Visando tensionar esse cenário, a proposta é realizar um mergulho aprofundado na corrente crítica, promovendo uma leitura sobre suas origens, a sistematização dos movimentos de pesquisa desenvolvidos por seus autores e uma reflexão sobre novas frentes investigativas e desafios para seu avanço.

Adotando esses objetivos, o presente artigo configura uma empreitada reflexiva amparada por uma vasta revisão de literatura, e estruturada ao redor de dois momentos. O primeiro aborda o surgimento da perspectiva crítica sobre RP, demonstrando sua ligação com a Teoria Crítica e apontando para os autores e diretrizes iniciais que marcaram tal abordagem. No segundo momento são propostos dois pilares centrais ao redor dos quais os esforços críticos orbitaram, e que podem auxiliar na revitalização do pensamento sobre RP no Brasil: (a) a tentativa de romper o isolamento teórico da área, a partir de uma ampliação dos arcabouços conceituais e das temáticas investigadas; (b) a orientação de superar o isolamento social da área, reconhecendo as ambiguidades inerentes às atividades de Relações Públicas. Ao fim, discute-se como tal sistematização desvela desafios futuros a serem enfrentados por pesquisas críticas, inclusive na realidade brasileira.

2 SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DA PERSPECTIVA CRÍTICA

Um primeiro passo para compreender a perspectiva crítica sobre Relações Públicas consiste em explorar como os preceitos da Teoria Crítica (TC), formulada pela Escola de Frankfurt, podem ser entendidos como o terreno comum do movimento. Nesse sentido, L'etang (2005), uma das principais autoras vinculadas com as RPC, destaca que a TC consiste em uma abordagem voltada para a transformação de estruturas sociais, políticas e econômicas que estabelecem constrangimentos para o potencial humano. Apesar dessa ideia ser por vezes incompreendida e tratada como o simples ato de criticar, é fundamental observar que essa abordagem deve ir além do ato de apontar conflitos contingentes, chamando a atenção para aspectos sociais mais amplos e para o potencial de mudanças.

A TC deve ser encarada, nesses termos, como uma abordagem interdisciplinar orientada para desafiar visões normalizadas. Morrow e Brown (1994) apontam que os projetos críticos estabelecidos em diversas áreas visam desafiar as premissas básicas de um determinado campo, alterando suas fronteiras e produzindo mudanças paradigmáticas ao questionar presunções e ideais naturalizados. Mais ainda, tais projetos buscam explorar criticamente as diretrizes e práticas de dada área, desvelando seus elementos estruturais e buscando compreender como elas se encaixam perante o processo de configuração da realidade social, uma forma de chamar atenção para problemas e agir como catalisador para transformações.

Tendo tais diretrizes como norte, a perspectiva das RPC ganha contornos no final da década de 1990. Aqui é imperativa uma parada para esclarecimentos: reconhecer tal marco inicial não implica sugerir que inexistiam esforços críticos anteriores. Ao contrário, investidas críticas podem ser encontradas na trajetória histórica do pensamento da área de RP, mas é preciso constatar que esses trabalhos permaneceram em lugares periféricos do campo. Isolados frente ao funcionalismo dominante, acabaram, apesar de suas contribuições pioneiras, valiosas e instigantes, exercendo influência limitada nas agendas de pesquisas. Lemos (2017) observa algumas presenças fundamentais críticas na literatura brasileira de RP, especialmente ligadas com comunicação alternativa e comunitária – e dentre os exemplos mais significativos

temos Peruzzo (1986), que explora o discurso de Relações Públicas em empresas para desvelar a forma como ele se coloca a serviço do capital, especialmente ao desviar o foco das lutas de classes, minimizar conflitos, alienar a força produtiva e tornar os empregados mais cooperativos.

A década de 1990, porém, foi o palco de uma mudança que alterou o estatuto crítico nas RP: a aproximação entre estudiosos de diferentes nacionalidades. Aqueles anos marcaram o processo de quebra do isolamento desses autores no palco global, colocando em diálogo pesquisadores que questionavam as propostas assumidas pela literatura paradigmática do campo, fortemente ancorado com a Teoria da Excelência (GRUNIG, 1992) e perpassado por um tom funcionalista. Como Edwards (2016) observa, esse novo conjunto orbitava principalmente ao redor dos programas de doutoramento das Universidades de Stirling, na Escócia, e Waikato, na Nova Zelândia – que reuniram nomes como Jacquie L’Etang, Magda Pieczka, Kay Weaver, David McKie, Juliet Roper, Judy Motion e Debashish Munshi. O intercâmbio de ideias e reflexões entre esses e outros estudiosos, como o americano Robert Heath, foi fundamental para o amadurecimento da perspectiva crítica naquele momento, gerando o painel “*UnAmerican public relations: Global differences in theory and practice*”, realizado na conferência anual da International Communication Association, em 1997. A publicação nos periódicos especializados da área, porém, era algo raro, especialmente perante o amplo domínio de artigos pautados pela Teoria da Excelência (SILVA, 2018).

Os esforços críticos se intensificaram na década seguinte. Um marco nesse processo foi o lançamento do *Handbook of Public Relations* (HEATH, 2001), que apresentava diversas contribuições críticas. Este momento ampliou o intercâmbio entre pesquisadores, balizando o movimento crítico por meio de obras importantes (MOLONEY, 2000; 2006; MICKEY, 2003; BERGER, 2005). Ainda mais relevante, a penetração das contribuições críticas nos periódicos da área foi ampliada, inclusive com edições especiais que davam ênfase a essa perspectiva – como o dossiê *Public Relations From the Margins* pelo periódico americano *Journal of Public Relations Research* em 2005. Dois novos periódicos australianos, o *PRism* e o *Asia Pacific Journal of Public Relations*, foram importantes para essa expansão, com abertura para artigos que

exploravam aspectos teóricos e metodológicos inovadores que iam além dos pressupostos da Excelência.

Edwards argumenta que, “no final da década [de 2000], a corrente crítica já estava estabelecida (...), com um corpo teórico reconhecível e ganhando cada vez mais atenção dentro do campo” (2016, p. 22, tradução nossa). Alguns desenvolvimentos nos últimos anos constataam essa observação, especialmente o lançamento do periódico *PR Inquiry* pela SAGE, uma publicação científica explicitamente dedicada a pesquisas com interfaces críticas, a série de livros *New Directions in Public Relations Research*, formulada pela Routledge e editada por Kevin Moloney, atualmente com mais de trinta títulos publicados, e a obra *Handbook of Critical Public Relations* (L’ETANG; MCKIE; SNOW; XIFRA, 2016), reunindo trinta e dois artigos que discutem o atual estado da arte dessa corrente e suas perspectivas futuras.

Como uma corrente não hegemônica de pensamento, os primeiros esforços críticos foram marcados pelo embate com o paradigma dominante, a Teoria da Excelência. Seus autores apontavam para aspectos funcionais e unilaterais do modelo de Grunig, explorando as contradições internas daquela teoria e denunciando suas bases ideológicas e a exagerada centralidade do contexto organizacional em seu âmago. Uma preocupação recorrente era justamente com a ideia de simetria (PIECZKA, 1996; BROWN, 2006) e a forma com que ela veio a dominar o discurso e a pesquisa do campo de Relações Públicas apesar de ser, segundo L’Etang (1996), um construto desprovido de conteúdo que por ventura se tornou eufemismo para o “bem”. Os julgamentos éticos excessivamente idealizados da Excelência também eram questionados, principalmente por normalizarem um regime liberal de pensamento e deixarem de lado processos ideológicos e hegemônicos (HOLTZHAUSEN, 2000; MCKIE; MUNSHI, 2007), além de atrelarem valores corporativos norte-americanos a uma ideia de RP que se propunha global, silenciando vozes e diferenças culturais em prol de um normativo universal da área (MCKIE; MUNSHI, 2007).

Superado o primeiro momento de embate acalorado com a Excelência, as RPC começaram a elaborar uma agenda própria de pesquisas capaz de abarcar as lacunas abertas pelo paradigma dominante. No cerne dessa agenda encontra-se a proposta de superar a centralidade organizacional do modelo funcionalista, focado em compreender

os ganhos e funções das práticas de RP em empresas e corporações. Segundo os autores críticos, tal abordagem limitava as investigações do campo científico, na medida em que adotavam uma única porta de entrada para os estudos da área. É visando superar tal limitação que podemos formular a premissa central da corrente crítica como a tentativa de explorar os impactos das Relações Públicas nos processos sociais de criação de sentido e de disputa de poder – uma visão orientada para um nível macrossocial capaz de abordar interfaces da atividade com o sistema político e sociocultural (MOTION; WEAVER, 2005; L’ETANG; PIECZKA, 2006; PIECZKA, 2016; MOTION; LEITCH, 2016).

Motion e Weaver argumentam que as RPC devem focar esforços na investigação sobre “como práticas de RP empregam estratégias discursivas para avançar o poder hegemônico de determinados grupos, explorando também como esses grupos tentam construir consenso público na busca por alcançar suas missões organizacionais” (2005, p. 50, tradução nossa). Para que essa proposta se materialize, entretanto, é preciso relacionar práticas com os diferentes contextos culturais, econômicos e políticos nos quais elas operam – ou seja, se faz necessário levar em consideração o mundo social a partir do qual as práticas de Relações Públicas são criadas e que é, ao mesmo tempo, (re)configurado por sua existência.

Diferentemente das abordagens gerenciais voltadas para a resolução de problemas e centradas na figura da organização, a proposta crítica propõe uma visão reflexiva ampla, capaz de ir além dos contextos organizacionais. Trata-se de um reconhecimento sobre como as atividades da área, caracterizadas por uma lógica mediadora, atuam de maneira difusa na sociedade, motivo pelo qual elas devem ser abordadas a partir de diferentes perspectivas – das organizações, dos públicos, dos movimentos ativistas, dos media, do sistema político, da opinião pública, de discussões do feminismo, entre outras. Isso não implica desconsiderar as organizações e a forma com que profissionais atuam nas mesmas, mas sim ampliar o leque de possíveis abordagens científicas, inclusive pensando em como a área pode contribuir para compreensão da atuação de empresas e organizações no mundo social. A diversidade de pontos de entrada consiste em um fator de grande relevância para pensar as multifacetadas influências e interfaces que perpassam as práticas de RP, bem como as

suas consequências sociais. As questões apresentadas por essa corrente são, nesse sentido, um chamado para ampliar o escopo dos estudos da área e abandonar vieses funcionais e gerenciais que atrelam as Relações Públicas apenas às organizações.

Assim, o projeto das RPC, orientado pela ampliação das possibilidades investigativas, é caracterizado por uma vasta fragmentação no que tange às suas temáticas e movimentos reflexivos. Porém, um esforço de sistematização das principais vertentes da área é importante, inclusive para compreensão sobre as potencialidades que esse pensamento pode trazer para um cenário nacional (e vice-versa). Com base nos trabalhos de Edwards (2016) e em revisões bibliográficas sobre o tema, pautadas em uma leitura transversal visando compreender os objetivos e abordagens das principais pesquisas, foi possível formular a proposta de dois pilares centrais que congregam os esforços críticos, ambos relacionados com a superação de barreiras impostas ao campo das RP pela perspectiva da Excelência: (a) a tentativa de romper o isolamento teórico da área, a partir de uma ampliação dos arcabouços conceituais e das temáticas investigadas; (b) a superação do isolamento social da área, reconhecendo as ambiguidades inerentes às atividades de Relações Públicas.

2.1 O isolamento teórico

O primeiro pilar versa sobre o fechamento do campo de Relações Públicas, uma preocupação recorrente da obra de McKie (2001; MCKIE; MUNSHI, 2007; 2009). Para o autor, uma das faces mais cruéis da Excelência era a forma com que ela induzia esse isolamento em decorrência de uma visão reducionista do mundo social, fazendo com que a área se retraísse justamente em um momento de grande expansão nas discussões de outros campos. Além disso, o modelo de Grunig é hermético, na medida em que ele mesmo fornece as respostas para suas próprias perguntas e questões (Silva, 2018). Ao adotar a Excelência como teoria geral, os estudos de Relações Públicas foram incapazes de constituir conexões, contribuir com outras áreas do conhecimento e expandir seus horizontes teóricos e empíricos. McKie e Munshi (2009) argumentam que nenhuma disciplina é uma ilha, de tal forma que as RP não podem ser indiferentes perante o contexto social e científico ao seu redor.

Um dos principais movimentos da corrente crítica tem sido a aproximação entre abordagens teóricas diversas e as RP, visando a construção de um arcabouço capaz de pautar as investigações sobre as dinâmicas sociais que configuram (e são configuradas) pelas práticas da área³. Os esforços desses autores resultaram em uma considerável abertura dos estudos do campo para perspectivas pós-modernistas, discursivas, culturais e críticas. Um dos desdobramentos mais significativos desse processo é o que Edwards e Hodges (2011) nomeiam de “virada sociocultural das Relações Públicas”: um esforço não só de aproximar diversas teorias sociais importantes com os estudos da área, mas também de ampliar o escopo analítico de pesquisas ao trazer como foco as interações. Um exemplo dessa virada é a obra de Ihlen, Van Ruler e Fredriksson (2009), composta de uma coleção de ensaios que abordam autores como Habermas, Goffman, Latour, Putnam e Spivak a partir de potenciais contribuições para as Relações Públicas. Consequências importantes desse movimento de abertura são materializadas a partir da substituição da ideia de simetria por uma noção de disputa de poder, hegemonia e controle – pautadas especialmente em Bourdieu (EDWARDS, 2008) e Foucault (MOTION; LEITCH, 2016) –, da problematização do diálogo (PIEZCKA, 2016) e de um renovado interesse no aspecto discursivo e na produção de sentido, especialmente por meio da análise de discurso (MOTION; LEITCH, 2016) e de perspectivas críticas sobre a retórica (ELWOOD, 1995; IHLEN, 2016).

As tentativas de diminuir o isolamento da área resultaram também em uma expansão do horizonte crítico, fomentada pelas interfaces entre as Relações Públicas e as questões do colonialismo e da globalização (MCKIE; MUNSHI, 2007; DUTTA; PAL, 2011; CURTIN; GAITHER, 2012), do feminismo (ALDOORY; 2005; FITCH, 2016) e das relações raciais (WAYMER, 2012; WAYMER; HEATH, 2016). Por outro lado, perspectivas que visavam retirar a centralidade das organizações das pesquisas da

³ Remetendo ao ponto inicial do presente artigo, é interessante notar como os estudos sobre comunicação organizacional em nosso país fizeram movimento similar nas últimas décadas – e talvez seja possível especular que esse seja um dos motivos que impulsionaram o campo. Mourão (2019) retrata bem esse fenômeno, apontando como alguns dos principais autores da área estabeleceram diálogos fundamentados “no paradigma relacional (Oliveira), na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann (Curvello), nas relações de força e de poder postuladas por Foucault (Baldissera) e no paradigma da complexidade de Edgar Morin (Baldissera e Scroferneker)” (MOURÃO, 2019, p. 96). Algo semelhante e com a mesma intensidade, porém, não parece ocorrer nos estudos recentes de Relações Públicas em nosso país – não a ponto de desafiar as premissas teóricas centrais, que permanecem ao redor de elementos da Excelência, como a simetria, a harmonia e o benefício mútuo.

área foram reforçadas com discussões sobre as funções das Relações Públicas na constituição da sociedade civil (TAYLOR, 2010), o impacto de suas atividades na esfera pública (RAMSEY, 2016) e a importância de suas práticas para processos ativistas e movimentos sociais (HOLTZHAUSEN, 2012; DEMETRIUS, 2013).

É importante notar, porém, que esse movimento de aproximação com perspectivas diversas não decreta, por si só, o fim do isolamento teórico das Relações Públicas. Ao contrário, ele pode ser encarado como parte de um processo de integração que deve culminar na efetiva participação da disciplina em discussões e debates de outros campos – ou seja, em uma abordagem interdisciplinar concreta. A apropriação de conceitos e teorias é, nesse sentido, um passo necessário para a expansão das perspectivas de uma área que há muito permanecia estagnada em apenas um conjunto (limitado) de questões. O desafio seguinte é observar como a área de RP, de posse de novos entendimentos decorrentes de tais aproximações, pode contribuir com discussões atuais relevantes, instaurando interfaces capazes de avançar a produção científica interdisciplinar.

É evidente que esse não é um passo simples, mas já há indícios de que ele começa a ser dado em frentes distintas. Um exemplo é a abordagem de Edwards (2016) sobre o papel das Relações Públicas nos sistemas deliberativos, argumentando sobre a fragilidade das afirmações que exaltam as contribuições democráticas das Relações Públicas, especialmente quando essas ignoram dimensões da atividade que são problemáticas segundo as condições e características da deliberação normativa trabalhada a partir de Habermas. A autora observa, porém, que a recente virada sistêmica nos estudos deliberativos abre instigantes janelas para refletir sobre o tema.

A ideia dos sistemas deliberativos, argumenta Edwards, acomoda uma variedade maior de práticas (tanto por parte de organizações privadas como de grupos diversos que se engajam nas diferentes frentes de debate) que antes eram deixadas em segundo plano nos estudos deliberacionistas, e reconhece como inerentes algumas das características fortemente presentes nas Relações Públicas e há muito consideradas problemáticas para a deliberação, como o interesse próprio, o uso de argumentos não racionais e a segmentação de públicos. Porém, a autora vai além de uma simples constatação de que as Relações Públicas fazem parte do sistema deliberativo,

engajando-se em uma reflexão sobre como pesquisas acerca da atividade podem ampliar a compreensão sobre esses sistemas e a qualidade da deliberação.

Segundo Edwards (2016), uma contribuição importante reside no entendimento sobre como as práticas de RP atuam nos diferentes níveis desse sistema. Edwards conclui seu artigo propondo as bases de um modelo analítico para explorar as Relações Públicas em sistemas deliberativos a partir dos níveis de campanha, questões e sistema. Seu argumento central é que a exploração dessas práticas pode auxiliar teóricos da deliberação no entendimento da extensiva presença de práticas comunicativas estratégicas de organizações e instituições nos engajamentos deliberativos. Mais ainda, “localizar as Relações Públicas de forma mais clara nos sistemas deliberativos permite uma avaliação mais detalhada de como suas práticas podem aumentar ou restringir a capacidade deliberativa” (EDWARDS, 2016, p. 70, tradução nossa). O esforço da autora é, assim, de aproximar as Relações Públicas de discussões contemporâneas das ciências políticas e da comunicação política – um movimento similar ao que Holtzhausen (2012) e Demetrius (2013) realizam ao discutir as Relações Públicas e o ativismo, e ao esforço de atores nacionais como Henriques e Silva (2017), que argumentam, com base na perspectiva crítica, sobre como as Relações Públicas podem contribuir com discussões sobre mudanças climáticas, jogando novas luzes sobre práticas organizacionais que procuram gerar dúvidas sobre o fenômeno.

2.2 O isolamento social

Enquanto o primeiro pilar ao redor do qual os esforços das RPC congregam lida com o fim do isolamento intelectual da área, o segunda versa sobre o isolamento social. No decorrer do século XX, o corpo de críticas sociais acerca das Relações Públicas se amplificou de maneira significativa, impulsionado por denúncias que exploravam o vínculo entre a área e a propaganda – aspecto que ganhou força após a Segunda Guerra Mundial, período no qual se consolidou o entendimento da propaganda como uma técnica de manipulação capaz de moldar opiniões e julgamentos por meio de apelos emocionais (MOLONEY, 2006; HENRIQUES, 2009; SILVA, 2018).

Como Moloney (2000; 2006) argumenta, essas críticas maculam profundamente a reputação da área, tornando comum sua associação com tentativas de enganação,

distorções, promessas vazias e mentiras – algo que pode ser observado pelo elevado reconhecimento internacional de expressões como *spin* e pela desconfiança sobre práticas de RP. Apesar desse histórico e da importância que essas críticas possuem na construção do imaginário social sobre as RP e na própria constituição do *ethos* discursivo da área, dotado de uma dimensão acentuada que opera a partir da negação de qualquer vínculo com a propaganda (HENRIQUES, 2009; SILVA, 2011), essas denúncias possuem, ainda, pouca presença na literatura científica da área. Em grande parte das obras, tais críticas não passam de notas de rodapé, citadas como ilustrações de práticas ultrapassadas que ferem os códigos de ética e que provam como a sociedade não entende e conhece as modernas práticas da área. Enquanto denúncias de abusos ou deslizes eram ignoradas, relativizadas ou silenciadas, a literatura focava em reafirmar contribuições sociais idealizadas de suas atividades. Parte desse cenário pode ser, novamente, explicado pelo predomínio das premissas subjacentes da Excelência no pensamento teórico da área, na medida em que aquele modelo, apesar de se propor como o mais ético, promove um apagamento das discussões dessa vertente (SILVA, 2018).

A mudança nesse quadro implica não apenas abandonar aqueles preceitos, mas também deixar de lado a negação das contradições existentes nas Relações Públicas. Para Demetrius (2016), as abordagens críticas devem reconhecer as ambiguidades presentes no âmago da atividade e lidar com elas de maneira franca. Não é possível, nessa perspectiva, ignorar que as práticas da área são marcadas por conflitos significativos entre interesses públicos e privados, ou relevar o seu entrelaçamento com as disputas de poder e com o choque entre lógicas de diferentes sistemas do mundo social. Quando a questão é exposta nesses termos, se torna evidente que nem sempre as Relações Públicas irão atuar de forma ética, promovendo o diálogo e buscando soluções que beneficiem todos os envolvidos, por mais que esse seja o ideal normativo. Por vezes essas práticas irão empregar (e de fato empregam) formas diversas de persuasão, serão utilizadas para campanhas que visam distorcer informações e que tensionam os limites éticos na busca por influenciar o jogo político e o processo de construção social em uma direção predeterminada.

Moloney (2006) ressalta esse ponto a partir de uma perspectiva político-econômica, afirmando que a área precisa reconhecer que as lógicas de propaganda são inerentes às Relações Públicas – lógicas que estão presentes de maneira mais acentuada em determinadas práticas. Para o autor, as Relações Públicas são de fato versões mais sutis ou elegantes de propaganda, e essa realidade não deve ser ocultada, mas sim encarada de frente – apenas dessa forma a área pode contribuir para a compreensão sobre certas práticas, como o *lobbying*.

A existência dessas práticas abusivas, evidenciadas pela vasta literatura que busca denunciar as mesmas, é, para Demetrius (2016) um fator importante para a erosão da confiança social em um sentido mais amplo – a autora recorre, nesse ponto, às considerações de Giddens (1995) sobre como a confiança é socialmente construída e está vinculada com a força de sistemas peritos. Explorar as ambiguidades da área e tentar compreender os impactos dessas práticas na esfera pública e no processo de erosão da confiança social pode ser um importante fator para reaproximar os estudos de Relações Públicas da sociedade. A aposta de Demetrius é que revelar as “falhas das práticas, especialmente dentro de indústrias que apresentam riscos elevados, pode, paradoxalmente, contribuir para a restauração da credibilidade das RP e dos sistemas peritos que cercam a atividade” (2016, p. 114, tradução nossa).

Ao invés de relevar práticas problemáticas, como aquelas que lidam com persuasão e distorções de informações, o caminho proposto pelas RPC é centrado na ideia de analisá-las, entender seu surgimento, identificar as múltiplas formas com que elas tentam influenciar a opinião e a construção de significados e investigar suas consequências para os processos sociais. É nesse sentido que Thomas Mickey (2003) defende a desconstrução das práticas de Relações Públicas, um processo que perpassa o ato de “retirar cada uma das camadas que estão na nossa frente, mas que permanecem escondidas até que procuramos por elas” (2003, p. 1, tradução nossa). Segundo Mickey, esse processo invariavelmente levanta questionamentos sobre a natureza das RP, sobre suas lógicas internas, sobre em nome de quem e do que operam. A desconstrução é uma atividade crítica e não preocupada com a resolução de problemas – apesar de, eventualmente, auxiliar nessa dimensão ao desvelar características até então ocultas. Um movimento similar pode ser encontrado, nacionalmente, na obra de Silva sobre o

astrourfing (2015), que explora as dinâmicas daquela prática, desvelando-a como um fenômeno comunicativo voltado para influenciar a opinião pública por meio da simulação de públicos e movimentos sociais. Mais recentemente, Silva, Lima e Cardoso (2024) abordam algo semelhante pensando no *greenwashing*.

Apesar disso, os esforços nessa segunda diretriz são mais tímidos do que os realizados acerca da primeira. Ainda que a ideia de reconhecer as ambiguidades marque presença em muitos trabalhos da área, as incursões voltadas para desconstruir e analisar as lógicas concretas ainda ocorrem em menor número, especialmente quando lidam com persuasão, influência e distorção. Na maior parte da literatura, essas práticas continuam a aparecer mais como forma de ilustrar determinados pontos acerca das aproximações teóricas do que como objetos de análise propriamente ditos. Se um desafio futuro decorrente do primeiro pilar é a inserção da área de Relações Públicas nos debates e discussões de outros campos, a provocação derivada desse segundo ponto perpassa justamente a ampliação de trabalhos e estudos que centralizem seus esforços na exploração empírica aprofundada e inovadora dessas práticas, operando para desconstruir as mesmas, identificar suas ambiguidades, as motivações que as regem e suas dinâmicas de influência – e para que isso ocorra, é fundamental a busca por novos arcabouços teóricos, o que demonstra a unidade dos pilares aqui discutidos. Mais do que algo isolado, esse passo é fundamental para a concretização da própria diretriz central que impulsiona a perspectiva crítica, já que permitiria ampliar a compreensão sobre os impactos concretos da atividade de Relações Públicas na sociedade, compreendendo elementos específicos de sua atuação nas disputas de sentido e poder.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do percurso, é possível observar que as RPC se configuram como uma corrente que, a partir do seu objetivo central de ampliar a compreensão sobre os impactos das Relações Públicas na sociedade, e por meio de tentativas de superarem o isolamento acadêmico e social da área, pode ter um papel importante no processo de revitalização do campo de RP no Brasil, inclusive a ponto de potencializar o mesmo. Ao promover tanto a construção de diálogos interdisciplinares quanto o reconhecimento das

ambiguidades inerentes da atividade de Relações Públicas, tal perspectiva se revela especialmente promissora em termos de ampliar o escopo de pesquisas e estudos, demonstrando outras premissas para além daquelas gerenciais e funcionais.

É imperativo tecer uma ressalva apontando que o esforço realizado nessas páginas não visa tratar as RPC como um Santo Graal para a área, como uma resposta para todos os problemas do campo. Tal corrente é uma forma de ver as Relações Públicas com ênfase não funcional e que congrega pesquisadores de diferentes realidades. Não se trata de inferir a superioridade dessa corrente, ou que estudos funcionais sejam inerentemente rasos. Tampouco cair na armadilha de que os elementos dessa perspectiva são uma epifania teórica que torna ultrapassadas reflexões anteriores. Ao contrário, o que rege os esforços críticos é a abertura do campo, reconhecendo espaço não só para o tratamento funcional, mas também para perspectivas e estudos que operem a partir de pressupostos diferentes, e que por vezes ficavam marginalizadas. Tal corrente não é, e não pretende ser, uma teoria geral sobre a atividade, nos moldes da Excelência, mas sim uma pluralidade de olhares, em permanente processo de construção, resgate e reelaboração de contribuições das mais diferentes naturezas, voltados para desvelar novos caminhos investigativos – atuando como uma base para a formulação de novas pesquisas.

Como mencionado anteriormente, o grande diferencial dessa corrente é a forma com que ela se estabelece enquanto uma agenda global de pesquisa que promove a reorientação do campo. Seu mérito é oferecer uma alternativa ao modelo ainda que se propunha universal, apesar de calçados em ideais corporativos estadunidenses. No lugar da gestão, entra em cena uma lente comunicativa para encarar a atividade, que coloca em primeiro plano a interação, a disputa de sentidos, os conflitos de interesse, a cultura e o poder, deixando de lado ideias simplificadoras e lineares que muitas vezes reduzem a comunicação à mera transmissão de informações e ao controle das mensagens – e que acabam ecoando em ideias que Relações Públicas são meras atividades funcionais.

Em suma, tal corrente crítica visa abrir o leque de possibilidades de pesquisa a partir de suas diretrizes, permitindo, especialmente, o tratamento de temas sociais candentes muitas vezes deixados em segundo plano na literatura tradicional de Relações Públicas. Como exemplos podem ser citadas discussões acerca da desinformação, *fake*

news, boatos, campanhas de manufatura de incertezas e fenômenos de vigilância civil (HENRIQUES; SILVA, 2017), que pouco encontram espaço perante a teoria funcional. Da mesma forma, temas recorrentes trabalhados na área, como noções de sustentabilidade ou relacionamento com empregados ganham novas roupagens e elementos a partir de uma perspectiva que confere ênfase às disputas de poder e sentido – permitindo abordagens críticas sobre discursos neoliberais e a desconstrução de práticas de *greenwashing*.

A corrente crítica não é, tampouco, um movimento finalizado, e significativos desafios devem ser encarados para a concretização de suas premissas. Por um lado, a mera apropriação de pensamentos das ciências sociais não basta para romper o isolamento intelectual da área, sendo necessário construir diálogos efetivos com outras áreas do conhecimento. Além disso, apesar de propor a compreensão dos impactos das práticas da área na conformação do mundo social, os estudos críticos ainda padecem da escassez de trabalhos empíricos que buscam explorar em profundidade as práticas que são alvos de maiores questionamentos sociais.

A aposta deste ensaio é que essa corrente pode atuar na revitalização do campo científico brasileiro de Relações Públicas tanto por permitir a ampliação do alcance (inclusive internacional) de alguns dos ricos trabalhos críticos já realizados no país, como também por oferecer caminhos mais propícios para pensar as interfaces entre Relações Públicas e pautas contemporâneas de grande interesse social. Mais ainda, a revitalização do cenário nacional deve ser encarada como relevante também para o próprio avanço das RPC, na medida em que a aproximação das lógicas críticas com aportes e autores brasileiros pode gerar novas possibilidades de pesquisa e entendimentos acerca da atividade de Relações Públicas que não estão necessariamente restritos ao ambiente nacional, mas que auxiliam na compreensão de fenômenos e disputas globais, adicionando novos olhares (brasileiros) sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ALDOORY, L. A (re)conceived feminist paradigm for public relations: A case for substantial improvement. **Journal of Communication**. V. 55, n. 4, p. 668-684. 2005.

- BERGER, B. Power over, power with, and power to relations: Critical reflections on public relations, the dominant coalition and activism. **Journal of Public Relations Research**. V. 12, n. 1, p. 3-22. 2005.
- BROWN, R. Myth of symmetry: Public relations as cultural styles. **Public Relations Review**. V. 32, n. 3, p. 206-212. 2006.
- CURTIN, P.; GAITHER, K. **Globalization and public relations in postcolonial nations: Challenges and opportunities**. Amherst, NY: Cambria Press, 2012.
- DEMETRIOUS, K. **Public relations, activism and social change: Speaking up**. New York, NY: Routledge, 2013.
- DEMETRIOUS, K. Sanitizing or Reforming PR? Exploring 'trust' and the emergence of critical public relations. In: L'ETANG, J.; MCKIE, D.; NANCY, S.; XIFRA, J. (Eds.). **The Routledge Handbook of Critical Public Relations**. New York, NY: Routledge, 2016.
- DUTTA, M.; PAL, M. Public relations and marginalization in a global context: A post-colonial critique. In: BARDHAN, N.; WEAVER, C. (Eds.). **Public relations in global cultural contexts: Multi-paradigmatic perspectives**. P. 195-225. New York, NY: Routledge, 2011.
- EDWARDS, L. An historical overview of the emergence of critical thinking in PR. In: L'ETANG, J.; MCKIE, D.; NANCY, S.; XIFRA, J. (Eds.). **The Routledge Handbook of Critical Public Relations**. New York, NY: Routledge, 2016.
- EDWARDS, L. PR practitioners' cultural capital: An initial study and implications for research and practice. **Public Relations Review**. V. 34, n. 4, p. 367-372. 2008.
- EDWARDS, L. The Role of Public Relations in Deliberative Systems. **Journal of Communication**. V. 66, n. 1, p. 60-81. 2016.
- EDWARDS, L.; HODGES, C. (Eds.). **Public relations, society and culture: Theoretical and empirical explorations**. London, UK: Routledge, 2011.
- ELWOOD, W. (Ed.). **Public Relations Inquiry as Rhetorical Criticism: Case studies of corporate discourse and social influence**. London: Praeger, 1995.
- FITCH, K. Feminism and Public Relations. In: L'ETANG, J.; MCKIE, D.; NANCY, S.; XIFRA, J. (Eds.). **The Routledge Handbook of Critical Public Relations**. New York, NY: Routledge, 2016.
- GIDDENS, A. **The consequences of modernity**. Cambridge, UK: Polity Press, 1995.
- GRUNIG, J. (Ed.). **Excellence in public relations and communication management**. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1992.
- HEATH, R. (Ed.). **Handbook of Public Relations**. London: Sage, 2001.
- HENRIQUES, M. Relações Públicas: o futuro da atividade é o futuro da profissão? **Organicom**. V. 6, n. 10/11, p. 128-133. 2009.
- HENRIQUES, M.; SILVA, D. Mudanças Climáticas: uma questão de Relações Públicas? **Chasqui**, v. 136, p. 145-160, 2017.

- HOLTZHAUSEN, D. Postmodern values in public relations. **Journal of Public Relations Research**. V. 12, n. 1, p. 93– 114. 2000.
- HOLTZHAUSEN, D. **Public relations as activism**: Postmodern approaches to theory and practice. New York, NY: Routledge, 2012.
- IHLEN, O. Critical Rhetorical and Public Relations. In: L'ETANG, J.; MCKIE, D.; NANCY, S.; XIFRA, J. (Eds.). **The Routledge Handbook of Critical Public Relations**. New York, NY: Routledge, 2016.
- IHLEN, O.; VAN RULER, B.; & FREDRIKSSON, M. (Eds.). **Public relations and social theory**: Key figures and concepts. New York, NY: Routledge, 2009.
- L'ETANG, J. Critical public relations: Some reflections. **Public Relations Review**. V. 31, n. 4, p. 521-526. 2005.
- L'ETANG, J.; MCKIE, D.; SNOW, N.; XIFRA, J. (Eds.). **The Routledge Handbook of Critical Public Relations**. New York: Routledge. 2016.
- L'ETANG, J.; PIECZKA, M. (Eds.). **Critical perspectives in public relations**. London, UK: International Thomson Business Press. 1996.
- L'ETANG, J.; PIECZKA, M. (Eds.). **Public relations, critical perspectives and contemporary practice**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates. 2006.
- LE MOS, E. **A era pós-disciplinar e o ambiente contemporâneo de Relações Públicas**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, 2017.
- MCKIE, D. Updating Public Relations: "New Science", Research Paradigms, and Uneven Developments. In: HEATH, R. (Ed.). **Handbook of Public Relations**. London: Sage, 2001.
- MCKIE, D.; MUNSHI, D. **Reconfiguring public relations**: Ecology, equity and enterprise. London, UK: Routledge, 2007.
- MCKIE, D.; MUNSHI, D. Theoretical holes: A partial A to Z of missing critical thought in public relations. In: HEATH, R.; TOTH, E.; WAYMER, D. (Eds.). **Rhetorical and critical approaches to public relations II**. P. 61-75. New York, NY: Routledge, 2009.
- MICKEY, T. **Deconstructing Public Relations**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2003.
- MOLONEY, K. **Rethinking Public Relations**: PR Propaganda and Democracy. New York: Routledge. 2006.
- MOLONEY, K. **Rethinking Public Relations**: The spin and the substance. New York: Routledge, 2000.
- MORROW, R.; BROWN, D. **Critical theory and methodology**. London, Sage. 1994.
- MOTION, J.; LEITCH, S. Critical Discourse Analysis: A search for meaning and power. In: L'ETANG, J.; MCKIE, D.; NANCY, S.; XIFRA, J. (Eds.). **The Routledge Handbook of Critical Public Relations**. New York, NY: Routledge, 2016.

MOTION, J.; WEAVER, C. A discourse perspective for CPR research: Life sciences network and the battle for truth. **Journal of Public Relations Research**. V. 17, n.1, p. 49–67. 2005.

MOURÃO, I. **A construção do saber-prática discursiva da Comunicação Organizacional no Brasil**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

PERUZZO, C. **Relações Públicas no Modo de Produção Capitalista**. São Paulo: Summus, 1986.

PIECZKA, M. Dialogue and Critical Public Relations. In: L'ETANG, J.; MCKIE, D.; NANCY, S.; XIFRA, J. (Eds.). **The Routledge Handbook of Critical Public Relations**. New York, NY: Routledge, 2016.

RAMSEY, P. The Public Sphere and PR: Deliberative democracy and agonistic pluralism. In: L'ETANG, J.; MCKIE, D.; NANCY, S.; XIFRA, J. (Eds.). **The Routledge Handbook of Critical Public Relations**. New York, NY: Routledge, 2016.

SILVA, D. **Astroturfing: Lógicas e dinâmicas de manifestações de públicos simulados**. Belo Horizonte: PPGCOM/UFGM, 2015.

SILVA, D. Fraturas na Excelência: o apagamento das ambiguidades das Relações Públicas. **Organicom**, v. 15, n. 29, p. 112-122, 2018.

SILVA, D. **Entre o ethos e a reputação: representações midiáticas de Relações Públicas**. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social). Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

SILVA, D.; LIMA, F.; CARDOSO, S. Novos tons de verde: explorando lógicas contemporâneas de greenwashing a partir da mineração. **Anais do 33º Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal Fluminense, 2024.

TAYLOR, M. Public relations in the d of civil society. In: HEATH, R. (Ed.). **The SAGE handbook of public relations**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2010.

WAYMER, D. (Ed.). **Culture, social class and race in public relations: Perspectives and applications**. Plymouth, UK: Lexington Books, 2012.

WAYMER, D.; HEATH, R. Critical Race and Public Relations: The case of environmental racism and risk bearer agency. In: L'ETANG, J.; MCKIE, D.; NANCY, S.; XIFRA, J. (Eds.). **The Routledge Handbook of Critical Public Relations**. New York, NY: Routledge, 2016

Original recebido em: 01 de agosto de 2022

Aceito para publicação em: 12 de julho de 2024

Daniel Reis Silva

Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Departamento de Comunicação Social da UFMG. Doutor em Comunicação Social pela UFMG. Líder do Grupo de Pesquisa em Instituições, Públicos e



Experiências Coletivas (IPÊ-UFMG). Atuou como Diretor Científico e Vice-presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (Abrapcorp). Vencedor do Prêmio CAPES de Teses (2018) e dos Prêmios Abrapcorp de Dissertações (2014) e Teses (2018).



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional